

Recife, 11 de junho de 2020.

Ofício nº 217/2020 –CIJ

Exmo. Senhor
Dr. Luiz Guilherme Lapenda
Promotor de Justiça - CAOPIJ

Assunto: Ciência de recentes decisões datadas de 01/06/2020, do Órgão Especial do TJPE em Conflitos de Competência entre os Juízos da Infância e Juventude e da Fazenda Pública.

Cumprimentando-o, sirvo-me do presente para encaminhar a Vossa Excelência, para ciência, recentes e importantes julgados do Órgão Especial do TJPE, nas ações individuais em que se pleiteiam o acesso de criança e adolescente aos serviços de saúde, resolvendo-se os conflitos pela fixação da competência no juízo fazendário e não no juízo da infância e juventude.

Nos precedentes ora encaminhados, restou delineado o quadro geral de competências do juízo infanto-juvenil na Lei Federal, em limites que não podem ser ampliados ou restringidos, evidenciando-se que a justiça da Infância e da Juventude não tem competência para apreciar os pedidos gerais envolvendo crianças e adolescentes, pois as regras claras do ECA destinam-se àquelas crianças e adolescentes que estejam em situação de abandono ou risco (art. 98, ECA).

Informo, outrossim, que a CGJ/TJPE expediu ofício à Comissão Gestora de Precedentes do Superior Tribunal de Justiça – STJ, para análise de tratamento generalizado do tema em comento, como também da interpretação extensiva do art. 98, do ECA, já que esse entendimento acarretará em uma superlotação de processos para o juízo da Infância, que é amoldado de prazos exíguos, com consequências desastrosas na prestação jurisdicional para as crianças e os adolescentes, contrariando a melhor prestação judicial em

relação a essa parte hipossuficiente da sociedade, com fulcro no art. 227, da CRFB, e no art. 4º do ECA.

Eis o teor dos referidos julgamentos dos conflitos negativos de competência nº 0000277-36.2020.8.17.9000 e nº 0004372-12.2020.8.17.9000, de relatoria dos eminentes Desembargadores BARTOLOMEU BUENO DE MORAIS e LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO, tendo o acórdão sido lavrado, neste último caso, pelo Desembargador FÁBIO EUGÊNIO DANTAS DE OLIVEIRA LIMA:

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 0000277-36.2020.8.17.9000.

RELATOR: DES. BARTOLOMEU BUENO DE FREITAS MORAIS.

SUSCITANTE: JUÍZO DE DIREITO DA VARA REGIONAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA 14ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – ARCOVERDE.

SUSCITADO: JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARCOVERDE

EMENTA: CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. COMPETÊNCIA. ESTATUTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE. AÇÃO INDIVIDUAL PROPOSTA POR CRIANÇA OU ADOLESCENTE EM FACE DO PODER PÚBLICO. CONFLITO ENTRE VARA DA INFÂNCIA JUVENTUDE E VARA CÍVEL. APLICAÇÃO DO ART. 29, III, DO RITJPE. DIREITO À SAÚDE. AÇÃO INDIVIDUAL. DECLARAÇÃO DE COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA 2ª VARA CÍVEL DE ARCOVERDE.

1. Trata-se de conflito negativo de competência entre a 2ª Vara Cível da comarca de Arcoverde e a Vara Regional da Infância e Juventude da 14ª circunscrição judiciária - Arcoverde, a respeito de qual seria o juízo competente para apreciar ação ordinária, proposta por criança, representada por sua genitora, em face do Município de Arcoverde/PE, com o escopo de que lhe sejam fornecidos medicamentos e outros suprimentos médicos.
2. O cerne do julgamento é identificar qual o órgão jurisdicional é competente materialmente para julgar ações individuais propostas por criança ou adolescente em face do Poder Público envolvendo demandas da área de saúde.
3. Sendo, portanto, o conflito de competência relacionado à natureza do feito, patente a competência do Órgão Especial para julgá-lo, nos termos do art. 29, III, do Regimento

Interno do Tribunal, cuja redação atual foi conferida pela Emenda Regimental nº 1, de 20/12/2018.

4. O legislador, na redação do art. 148, inciso IV, do ECA, quis se referir à proteção de direitos transindividuais – difusos, coletivos e individuais homogêneos – que podem ser tutelados, de diferentes formas, com destaque para a Ação Civil Pública.

5. Por consequência, em regra, ações individuais propostas por crianças e adolescentes, devidamente representados ou assistidos por seus genitores ou responsáveis, não são abrangidas pela norma do inciso IV do art. 148 do ECA, ainda que o objeto da ação seja direito essencial à dignidade humana, como é, por exemplo, o direito à saúde.

6. É sabido que a competência da Vara de Infância e Juventude pode ser ampliada para alcançar feitos nos quais crianças ou adolescentes estão em situação de risco, abandonados, e, por isso, necessitam de medidas protetivas, nos termos do art. 98 do ECA. Todavia, no caso concreto, não há evidência que a criança, autora da ação, esteja inserida no contexto do art. 98 do Estatuto, o que corrobora o entendimento que a ação, objeto do presente conflito negativo, não é de competência da Vara da Infância e Juventude.

7. Afastada a competência da Vara da Infância e Juventude, a ação individual deve tramitar no Juízo de Direito da 2ª Vara Cível da comarca de Arcoverde, dotada também de competência fazendária, em razão do interesse do Município de Arcoverde, réu na demanda.

8. DECLARAÇÃO DE COMPETÊNCIA DO JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARCOVERDE.

CONFLITO DE COMPETÊNCIA CÍVEL Nº 0004372-12.2020.8.17.9000. ÓRGÃO JULGADOR: Órgão Especial.

RELATOR: Desembargador Leopoldo de Arruda Raposo. RELATOR PARA O ACÓRDÃO: Desembargador Fábio Eugênio Dantas de Oliveira Lima.

SUSCITANTE: Juízo da Vara Regional da Infância e Juventude da 14ª Circunscrição Judiciária – Arcoverde. SUSCITADO: Juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Arcoverde.

EMENTA: DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DIREITO PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. DIREITO À SAÚDE. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO E OUTROS SUPRIMENTOS PRESCRITOS POR MÉDICO ASSISTENTE. AÇÃO INDIVIDUAL AJUIZADA POR CRIANÇA CONTRA O PODER PÚBLICO.

1. A ordem constitucional elevou os direitos da criança e do adolescente à categoria de direito social fundamental (Art. 227, caput, CF), impondo ao Estado o dever de assegurar-

lhes proteção integral na acepção administrativa, normativa e jurisdicional. Diante disso, o legislador infraconstitucional editou o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/1990).

2. No que pertine à proteção jurisdicional, o ECA, entre outras regras processuais, explicita os casos em que se impõe a especialização do juízo (Art. 148). Nesse contexto, definiu ser da competência exclusiva do juízo da Infância e da Juventude: (a) conhecer de representações promovidas pelo Ministério Público, para apuração de ato infracional atribuído a adolescente, aplicando as medidas cabíveis; (b) conceder a remissão, como forma de suspensão ou extinção do processo; (c) conhecer de pedidos de adoção e seus incidentes; (d) conhecer de ações civis em que se pretende a defesa de direitos e interesses individuais, difusos e coletivos da criança e do adolescente, (e) conhecer de ações decorrentes de irregularidades em entidades de atendimento, aplicando as medidas cabíveis; (f) aplicar penalidades administrativas nos casos de infrações contra norma de proteção à criança ou adolescente; (g) conhecer de casos encaminhados pelo Conselho Tutelar, aplicando as medidas cabíveis.

3. Consigne-se, por pertinente, que todas as situações previstas pelo art. 148 do ECA têm em comum o fato do interesse ou do direito lesado ou ameaçado de lesão transcender o caráter meramente subjetivo individualizado. A especialização do juízo reivindicada pelo ECA, como instrumento de proteção jurisdicional da criança e do adolescente, advém da relevância dos interesses envolvidos para a coletividade, enquanto organização social, ou da evidente existência de um interesse público qualificado.

4. Assim, interpretação teleológica do complexo de competências atribuídas ao juízo especializado leva à conclusão de que o inciso IV, do art. 148 do ECA, que prevê ser da Justiça da Infância e da Juventude a competência exclusiva para “conhecer de ações civis fundadas em interesses individuais, difusos ou coletivos afetos à criança e ao adolescente”, disse, em verdade, mais do que pretendia. Em outros termos, a interpretação meramente semântica, que leva à compreensão de que toda e qualquer ação civil, mesmo individual, seria da competência do juízo da Infância e da Juventude não subsiste à análise contextualizada e sistemática do dispositivo, na medida em que todos os demais incisos do caput do art. 148 são claros e unânimes em evidenciar o interesse da coletividade, enquanto organização social destinada a convivência evolutiva do homem em sociedade, ou o acentuado interesse público subjacente às matérias elencadas. Nesse contexto, afigura-se lícito restringir o alcance a ser dado à expressão “ações civis fundadas em interesses individuais”.

5. Tem-se, portanto, que a competência da Justiça da Infância e da Juventude somente se justifica quando se tratar de ações civis públicas ou coletivas, fundadas em interesses individuais homogêneos (direitos subjetivos individualizado, com origem comum), difusos (direitos transindividuais e indivisíveis, com indeterminação - absoluta - dos titulares) ou coletivos (direitos transindividuais e indivisíveis, com determinação- relativa - dos

titulares) afetos à criança e ao adolescente ou quando se tratar de ação civil individual ajuizada por criança ou adolescente que se encontre em situação de risco prevista no art. 98 do ECA. Nesses casos, a postulação em juízo traz ínsita a existência de uma situação de possível lesão coletiva e/ou de acentuado interesse público a reclamar a proteção especial da mão do Estado. Fora dessas hipóteses, as demais ações individuais, ainda que envolva criança ou adolescente, devem ser apresentadas ao juízo cível ou fazendário conforme dispuser a normas de organização judiciária.

6. Com isso quer-se afirmar que a ação individual ajuizada por menor, devidamente representado por seus genitores, em pleno exercício do poder familiar, contra o Poder Público para obtenção de medicamento ou outro suprimento, como no caso, em que foi pleiteada fórmula alimentar de Leite Neocate, prescrito por médico assistente, não atrai, ipso facto, a competência do juízo da infância e juventude. Não se está, com essa constatação, ignorando o comando constitucional que assegura à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida e à saúde (art. 227 da CF/88). O que se afirma, tão somente, é que a ação individual buscando o fornecimento de medicamento não tem, em si, a qualificação exigida pela lei para justificar a competência absoluta e exclusiva da Justiça da Infância e da Juventude, devendo ser processada nos juízos das varas cíveis ou, nas comarcas em que houver, nos juízos das varas da fazenda pública, que deverão, à evidência, observar as balizas constitucionais e os princípios definidores das políticas públicas voltadas às crianças e aos adolescentes.

7. Sendo assim, no caso concreto posto à apreciação deste Órgão Especial, deve o conflito de competência ser resolvido no sentido de declarar a competência do juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Arcoverde.

8. Esta decisão constitui precedente obrigatório nos termos do artigo 927, inciso V, do CPC.

Cordialmente,



Des. Stênio Neiva Coelho
Coordenador da Infância e Juventude/TJPE